



Escola Superior do Ministério Público de Sergipe

**PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
EDITAL 02/2024
ESTÁGIO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO**

DIREITO CONSTITUCIONAL

1- De acordo com a Constituição Federal de 1988, a República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios, EXCETO:

- A) A prevalência dos direitos humanos.
- B) A cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.
- C) Solução pacífica dos conflitos.
- D) A promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
- E) A concessão de asilo político.

2- Sobre o direito fundamental à propriedade, é correto afirmar nos termos da Constituição Federal, exceto:

- A) A pequena e média propriedades rurais, assim definidas em lei, desde que trabalhada pela família, não serão objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva;
- B) A lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio temporário para sua utilização;
- C) É assegurada, nos termos da lei, a proteção às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humanas, inclusive nas atividades desportivas;
- D) No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurado ao proprietário indenização ulterior, se houver dano;
- E) É garantido o direito de herança.

3- Considerando o direito fundamental coletivo de reunião, é incorreto dizer:

- A) Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização prévia, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente;
- B) Conforme entendimento do STF, a exigência constitucional de aviso prévio relativamente ao direito de reunião é satisfeita com a veiculação de informação que permita ao poder público zelar para que seu exercício se dê de forma pacífica ou para que não frustre outra reunião no mesmo local;
- C) Os órgãos internacionais de direitos humanos e o próprio STF têm sublinhado a estreita vinculação entre o direito de reunião e o direito de expressão;
- D) Manifestações espontâneas não estão proibidas, pois o espaço público não é apenas lugar de circulação mas também de participação.
- E) Nenhuma das opções.

4- Os tratados internacionais de direitos humanos, uma vez internalizados ao direito doméstico brasileiro, têm, à luz do entendimento consolidado no Supremo Tribunal Federal, natureza jurídica de:

- A) Lei ordinária federal, ainda que incorporados de acordo com o rito especial previsto no art. 5º, § 3º, da Constituição Federal de 1988.
- B) Norma supralegal, desde que incorporados de acordo com o rito especial previsto no art. 5º, § 3º, da Constituição Federal de 1988.
- C) Norma constitucional, desde que não se observe o rito especial previsto no art. 5º, § 3º, da Constituição Federal de 1988.
- D) Norma supralegal, por força do disposto no art. 5º, § 2º, da Constituição Federal de 1988



Escola Superior do Ministério Público de Sergipe

**PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
EDITAL 02/2024
ESTÁGIO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO**

e não observado o rito especial previsto no art. 5o, § 3º, da Carta Magna.

E) Lei Complementar Federal, ainda que incorporados de acordo com o rito especial previsto no art. 5o, § 3º, da Constituição Federal de 1988.

5- Para a criação de um estado-membro, exige-se o cumprimento de específico regime jurídico- constitucional e legal. Assinale o item incorreto:

A) Consulta prévia às populações diretamente interessadas, por meio de plebiscito;

B) Oitiva das Assembleias legislativas, dos estados interessados que opinarão, sem caráter vinculativo, fornecendo ao Congresso Nacional os detalhamentos técnicos concernentes aos aspectos administrativos, financeiros, sociais e econômicos da área geopolítica afetada;

C) O Congresso Nacional, mediante lei ordinária específica, aprovará, soberanamente, a criação do Estado;

D) O estado-membro poderá ser criado mediante processo de incorporação entre si (fusão), subdivisão ou desmembramento (anexação ou formação);

E) A fusão poderá ser entre dois ou mais estados, perdendo todos eles a primitiva personalidade jurídica.

6- De acordo com a Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta:

A) Não é brasileira nata a criança nascida no Brasil, ainda que de pai chinês e mãe alemã, que estão a serviço da embaixada japonesa em Brasília.

B) Não são brasileiros natos os nascidos no México, de pai brasileiro, ainda que esteja a serviço oficial do Estado de Sergipe.

C) São brasileiros natos os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que venham a residir no Brasil e optem, a qualquer tempo, antes de atingida a

maioridade, pela nacionalidade brasileira.

D) É privativo de brasileiro nato o cargo de Presidente do Conselho Nacional de Justiça.

E) É privativo de brasileiro nato o cargo de Ministro de Estado da Justiça.

7- Tendo o texto como referência, analise as seguintes asserções e a relação posta entre elas.

**I – A Constituição da República de 1988 atribui aos Municípios competência promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano,
PORQUE**

II – Compete ao Município legislar sobre assuntos de interesse regional.

Assinale abaixo a opção que apresenta a análise correta.

A) As asserções I e II são verdadeiras e a II é uma justificativa correta da I.

B) As asserções I e II são verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.

C) A asserção I é verdadeira e a II é falsa.

D) A asserção I é falsa, e a II é verdadeira.

E) As asserções I e II são falsas.

8- À luz do sistema constitucional de competências, assinale a alternativa correta:

A) Compete privativamente à União legislar sobre populações indígenas.

B) Compete privativamente à União legislar sobre direito penal, civil, processual, comercial e econômico.

C) Compete privativamente à União legislar sobre procedimentos em matéria processual.

D) Compete à União, aos Estados-membros e aos Distrito Federal legislar concorrentemente



Escola Superior do Ministério Público de Sergipe
PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
EDITAL 02/2024
ESTÁGIO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

sobre sistemas de consórcios e sorteios.

E) Compete privativamente aos Estados legislar sobre juntas comerciais.

9- Nos itens abaixo, relativamente às atribuições do Presidente da República, aponte aquela que pode ser objeto de delegação aos Ministros de Estado:

- A) Nomear magistrados e membros do Conselho da República;
- B) Conceder indulto e comutar penas;
- C) Prover e extinguir os cargos públicos federais;
- D) Editar medidas provisórias;
- E) Decretar e executar a intervenção federal.

10- Tendo o texto como referência, analise as seguintes asserções e a relação posta entre elas.

I O CNJ é órgão externo de controle administrativo, financeiro e disciplinar do Poder Judiciário

PORQUE

II Não integra a estrutura do Poder Judiciário brasileiro.

Assinale abaixo a opção que apresenta a análise correta.

- A) As asserções I e II são verdadeiras e a II é uma justificativa correta da I.
- B) As asserções I e II são verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.
- C) A asserção I é verdadeira e a II é falsa.
- D) A asserção I é falsa, e a II é verdadeira.
- E) As asserções I e II são falsas.

DIREITO ADMINISTRATIVO

11- De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, há um princípio implícito na Constituição Federal, decorrente do Estado Democrático de Direito e relacionado à dimensão subjetiva da segurança jurídica, que possui grande importância no controle da Administração Pública. Esse princípio é conhecido como:

- A) eficiência;
- B) efetividade;
- C) supremacia do interesse público;
- D) proteção da confiança;
- E) indisponibilidade do interesse público.

12- Durante uma sessão de estudos para concurso público, Clara e Yuri discutiram sobre o significado, alcance e limitações do princípio da autotutela no âmbito do direito administrativo. Após a análise, elas chegaram à conclusão correta de que, em virtude desse princípio, a Administração Pública:

- A) Tem a obrigação de convalidar os atos administrativos que apresentem desvio de finalidade.
 - B) Não está sujeita a prazos para invalidar os atos viciados, mesmo que estes beneficiem terceiros de boa-fé.
 - C) Possui a prerrogativa de impor a vontade administrativa, sem a necessidade de uma decisão judicial.
 - D) Deve revogar os atos que contenham vícios insanáveis, respeitados os direitos adquiridos.
 - E) Precisa observar o devido processo legal ao anular atos que produzam efeitos na esfera jurídica de terceiros.
-



Escola Superior do Ministério Público de Sergipe

**PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
EDITAL 02/2024
ESTÁGIO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO**

13- No que diz respeito à organização administrativa do Estado e à administração direta e indireta, centralizada e descentralizada, assinale a alternativa correta.

- A) As sociedades de economia mista possuem personalidade jurídica de direito privado e devem ser constituídas sob a forma de sociedade anônima ou limitada.
- B) Ocorre desconcentração administrativa quando o Estado distribui internamente unidades individualizadas em razão da matéria; e ocorre descentralização administrativa quando essa distribuição se dá em virtude de competências decisórias.
- C) A criação de autarquia poderá ocorrer por meio de decreto do chefe do Poder Executivo, mas depende de autorização legislativa.
- D) A descentralização administrativa obrigatoriamente envolve pessoas jurídicas distintas, enquanto a desconcentração administrativa ocorre no âmbito de uma única pessoa jurídica.
- E) As empresas públicas são entidades dotadas de personalidade jurídica de direito público e criadas mediante lei específica do ente ao qual se vinculam.

14- Dentre as entidades da Administração Pública Indireta, aquelas que possuem patrimônio público personificado, cujo instituidor é uma pessoa política responsável pela dotação patrimonial e destinação de recursos orçamentários para a sua manutenção, são conhecidas como:

- A) Empresas públicas.
- B) Fundações públicas.
- C) Agências reguladoras.
- D) Sociedades de economia mista.
- E) Autarquias de regime especial.

15- O ato administrativo é uma manifestação unilateral de vontade da Administração Pública, no exercício de

suas funções, que tem por objetivo produzir efeitos jurídicos. Os atributos do ato administrativo são essenciais para compreender a sua natureza e os seus efeitos no âmbito do Direito Administrativo. Com relação aos atributos do ato administrativo é correto afirmar que:

- A) todo ato administrativo é dotado de imperatividade, uma vez que será executado, quando necessário e possível, ainda que sem o consentimento do seu destinatário.
- B) a discricionariedade concede a todo ato administrativo a possibilidade da administração decidir a oportunidade e a conveniência de sua implementação.
- C) todo ato administrativo é dotado de imperatividade, ante a inevitabilidade de sua execução, porquanto reúne sempre poder de coercibilidade para aqueles a que se destina.
- D) a presunção de legitimidade, porque se presume legal a atividade administrativa, por conta da inteira submissão ao princípio da legalidade, é absoluta, não havendo a possibilidade de o particular impugnar o ato.
- E) a autoexecutoriedade do ato administrativo não corresponde, obrigatoriamente, à possibilidade de execução imediata pela própria administração.

16- A autotutela é o controle que a administração exerce sobre seus próprios atos. Por meio da autotutela, a administração tem o poder de anular os atos ilegais e revogar aqueles que se tornaram inconvenientes ou inoportunos, sem a necessidade de recorrer ao Poder Judiciário. Esse controle interno visa corrigir erros e adequar a atuação administrativa aos princípios da legalidade. Assinale a opção correta em relação ao princípio da autotutela.

- A) Passados mais de cinco anos da chegada ao tribunal de contas de processo que trata de registro da concessão de aposentadoria de servidor público, não poderá a referida corte



Escola Superior do Ministério Público de Sergipe

PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
EDITAL 02/2024
ESTÁGIO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

de contas anular o ato.

B) A revogação da autorização de uso de bem público antes do prazo prescinde da salvaguarda de direitos adquiridos.

C) Constatada a presença de ilegalidade, impõe-se a anulação do ato administrativo, cuja declaração não se sujeita a prazo decadencial.

D) Constitui exemplo do exercício da autotutela a anulação de ato administrativo pelo gestor em decorrência de decisão em reclamação julgada pelo Supremo Tribunal Federal.

E) Se for constatado que o pagamento de um adicional remuneratório a um servidor resultou de informações fraudulentas fornecidas pelo próprio beneficiário, a administração tem o poder de suprimir essa parcela, desde que o faça mediante provocação e após a instauração de um processo administrativo prévio, respeitando o devido processo legal.

DIREITO PENAL

17- Sobre o concurso de pessoas, é correto afirmar que:

- A) Somente o autor responde pelo crime.
- B) quem apenas instiga o crime não pode ser punido.
- C) Todos os envolvidos no concurso de pessoas respondem pela mesma infração penal.
- D) Apenas quem executa a ação principal é considerado autor.
- E) Nenhuma das alternativas está correta.

18- Sobre as penas privativas de liberdade, é correto afirmar que:

- A) Não podem ser convertidas em penas restritivas de direitos.
- B) Podem ser cumpridas em regime fechado, semiaberto ou aberto.

C) Devem ser sempre cumpridas em regime fechado.

D) Não podem ser substituídas por multas.

E) Nenhuma das afirmações anteriores está correta.

19- No dia 30 de julho de 2014, JOÃO, então com 19 anos de idade, desferiu um tiro em PEDRO com intenção de matá-lo. PEDRO foi ficou internado em um hospital, vindo a falecer um mês depois, ou seja, em 30 de agosto de 2014, em razão dos mesmos ferimentos.

Com base nesse relato, é correto afirmar que a primeira causa interruptiva, para evitar que esse crime prescreva, deve ocorrer precisamente até a seguinte data:

- A) 29 de agosto de 2024.
- B) 30 de julho de 2024.
- C) 30 de agosto de 2034.
- D) 30 de julho de 2034.
- E) 30 de agosto de 2024.

20- JOÃO, que é viciado em craque, pratica duas condutas criminosas. Na primeira, com a ajuda do seu amigo JOSÉ, comete uma fraude contra seu próprio pai, PEDRO (pai de JOÃO), de 55 anos de idade, sendo essa sua primeira conduta tipificada inicialmente como estelionato. Não satisfeito, um mês depois, visando subtrair um dinheiro que sabe que seu avô guarda em seu sítio, JOÃO contrata o mesmo amigo JOSÉ. Este, à meia noite, invade o sítio do avô de JOÃO, ameaçando o idoso com arma de fogo, subtraindo todo o dinheiro.

Com base nesse relato, com relação à tipificação das condutas de JOÃO e de JOSÉ, é correto afirmar somente que.

- A) JOÃO responde apenas por roubo, com uma causa de aumento de pena referente ao emprego de arma de fogo, mas não responde



Escola Superior do Ministério Público de Sergipe

**PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
EDITAL 02/2024
ESTÁGIO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO**

pelo estelionato.

B) Ambos, tanto JOÃO quanto JOSÉ, respondem apenas por roubo, com uma causa de aumento de pena referente ao emprego de arma de fogo, não respondendo nenhum dos dois pelo estelionato.

C) Ambos, tanto JOÃO quanto JOSÉ, respondem apenas por roubo, com duas causas de aumento de pena (referentes ao emprego de arma de fogo e ao repouso noturno), não respondendo nenhum dos dois pelo estelionato.

D) Ambos, tanto JOÃO quanto JOSÉ, respondem por dois crimes: roubo, com uma causa de aumento de pena referente ao emprego de arma de fogo, e estelionato.

E) Ambos, tanto JOÃO quanto JOSÉ, respondem por dois crimes: roubo com duas causas de aumento de pena (referentes ao emprego de arma de fogo e ao repouso noturno), e estelionato.

21- Considere que, na condição de Promotor(a) de Justiça(a), você recebeu um inquérito em que é relatado o seguinte fato: um garçom, pretendendo matar uma mulher, cliente do restaurante e que era sua credora, coloca veneno em sua comida. A cliente, então, é levada para o hospital, onde fica internada durante mais de 30 dias, sobrevivendo mas ficando como seqüela a debilidade permanente na função intestinal.

Com base exclusivamente nesse relato, o correto seria que o garçom fosse denunciado pelo(s) seguinte(s) crime(s):

A) Tentativa de homicídio qualificado pelo emprego de veneno, e lesão corporal de natureza grave.

B) Somente por lesão corporal de natureza grave.

C) Somente por tentativa de homicídio qualificado pelo emprego de veneno.

D) Somente por tentativa de feminicídio, além da qualificadora do emprego de veneno.

E) Tentativa de feminicídio, além da

qualificadora do emprego de veneno, bem como lesão corporal de natureza grave.

22- Em relação ao furto privilegiado, é correto afirmar somente que:

A) O valor da coisa subtraída é irrelevante.

B) Não há previsão legal para diminuição de pena.

C) A pena pode ser diminuída de um a dois terços, dependendo do valor da coisa furtada e se réu não for reincidente.

D) O furto é cometido com grave ameaça ou violência.

E) A coisa subtraída pertencer a condômino, co-herdeiro ou sócio.

23- O crime de estupro é caracterizado por:

A) Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso.

B) Constranger alguém somente a conjunção carnal com violência ou grave ameaça.

C) Constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente de sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerente ao exercício de emprego, cargo ou função.

D) Constranger alguém, mediante violência, grave ameaça ou fraude, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso.

E) Constranger mulher, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso.

24- Constitui causa de aumento de pena no crime de tráfico de drogas:

A) O agente ser reincidente.

B) A quantidade de droga apreendida ser superior a 100 (cem) gramas.



Escola Superior do Ministério Público de Sergipe

**PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
EDITAL 02/2024
ESTÁGIO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO**

- C) O tráfico ser realizado nas proximidades de escolas, hospitais ou presídios.
D) O agente confessa a autoria do crime.
E) A droga ser transportada para outro Município, ainda que dentro do mesmo Estado.

25- É considerado crime de trânsito:

- A) Deixar de usar o cinto de segurança.
B) Permitir, confiar ou entregar a direção de veículo automotor a pessoa não habilitada.
C) Estacionar em vaga destinada a pessoa com deficiência.
D) Dirigir sem portar a CNH, embora seja habilitado.
E) Conduzir veículo automotor com capacidade psicomotora alterada em razão da influência de álcool, constatada por concentração igual ou superior a 2 decigramas de álcool por litro de sangue.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

26- Em relação à ação penal, o Código de Processo Penal estabelece que:

- A) o Ministério Público pode retomar, como parte principal, a ação penal supletiva em caso de negligência do querelante.
B) a representação será irretratável depois de recebida a denúncia.
C) apenas a vítima, nos crimes de ação pública incondicionada, poderá provocar a iniciativa do Ministério Público.
D) a ação penal pública condicionada submete-se a prazo decadencial.
E) é vedado ao Ministério Público oferecer elementos de prova na ação penal supletiva.

27- Durante blitz realizada no posto da Polícia Rodoviária Federal (PRF) localizado na cidade de Aracaju/SE, o motorista Rafael promete vantagem indevida ao agente da

PRF para evitar a aplicação de multa devida em função de irregularidade no seu automóvel. Na ocasião, Rafael promete ao agente da PRF que, quando ele chegar a Itabaiana/SE, fará transferência bancária ao agente no valor de R\$ 1.000,00. Quando Rafael chega a Itabaiana/SE, ele cumpre a sua promessa e efetua a transferência. Acerca da competência jurisdicional para o processamento da denúncia pelo crime de corrupção ativa que deve ser oferecida contra o motorista, assinale a alternativa correta:

- A) A denúncia deve ser oferecida perante uma das varas criminais da Comarca de Itabaiana/SE.
B) A denúncia deve ser oferecida perante uma das varas criminais da Comarca de Aracaju/SE.
C) A denúncia deve ser oferecida perante a vara criminal da Subseção de Itabaiana da Justiça Federal.
D) A denúncia deve ser oferecida perante uma das varas criminais da Subseção de Aracaju da Justiça Federal.
E) A denúncia pode ser oferecida tanto perante uma das varas criminais da Comarca de Itabaiana/SE como perante a vara criminal da Subseção de Itabaiana da Justiça Federal.

28- Sobre os sujeitos no processo penal, assinale a alternativa correta:

- A) Deve ser declarada a suspeição do juiz cujo cônjuge tenha funcionado, no processo penal, como órgão do Ministério Público.
B) Aos membros do Ministério Público não se estendem as prescrições relativas à suspeição e ao impedimento dos juízes.
C) Se o juiz for sócio de sociedade interessada no processo, ele deve dar-se por impedido.
D) Nos juízos coletivos, poderão servir no mesmo processo os juízes que forem entre si parentes afins até o terceiro grau, inclusive.
E) O juiz dar-se-á por suspeito e, se não o



Escola Superior do Ministério Público de Sergipe

PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
EDITAL 02/2024
ESTÁGIO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

fizer, poderá ser recusado por qualquer das partes, se for amigo íntimo do réu.

29- Sobre a prisão em flagrante, assinale a alternativa correta:

- A) Quando realizada por guarda municipal, a prisão em flagrante é inválida.
- B) Não se considera em flagrante delito quem é encontrado, logo depois, com instrumentos que façam presumir ser ele autor do crime.
- C) Em até 48 horas após a realização da prisão, será encaminhado ao juiz competente o auto de prisão em flagrante.
- D) Considera-se em flagrante delito quem é perseguido, logo após, por qualquer pessoa, em situação que faça presumir ser autor da infração.
- E) Após receber o auto de prisão em flagrante, no prazo máximo de até 48 horas após a realização da prisão, o juiz deverá promover audiência de custódia.

30- Considere o seguinte caso hipotético para assinalar a alternativa correta: Rafael foi denunciado pelo crime de furto porque puxou a carteira, que continha R\$ 500,00, do bolso traseiro da vítima e fugiu correndo; encerrada a instrução do processo criminal, comprovou-se que Rafael, antes de fugir com a carteira da vítima, a ameaçou com o emprego de uma arma de fogo, razão pela qual a vítima lhe entregou a sua carteira.

- A) Se houver aditamento à denúncia sem a necessidade de produção de provas novas, é desnecessário que se ouça o defensor do acusado.
- B) Tratando-se de “emendatio libelli”, o juiz deve imediatamente prolatar a sentença condenatória na qual reconhecerá que Rafael, em vez de furto, cometeu o crime de roubo.
- C) Tendo em vista o erro na descrição dos fatos na denúncia, Rafael deve ser absolvido.

D) Se houver aditamento à denúncia, o Ministério Público não pode arrolar novas testemunhas.

E) Tratando-se de “mutatio libelli”, o Ministério Público deve aditar a denúncia para que Rafael seja condenado por roubo, em vez de furto.

31- Sobre o acordo de não persecução penal (ANPP), assinale a alternativa correta:

- A) O descumprimento do ANPP pelo autor do fato não pode justificar a recusa do oferecimento da suspensão condicional do processo a ele.
- B) O agente beneficiado pela suspensão condicional do processo quatro anos antes do cometimento do novo crime tem direito, em relação a esse novo crime, à proposta de ANPP caso haja o preenchimento dos requisitos objetivos e subjetivos.
- C) Cabe o ANPP nos crimes praticados no âmbito da violência doméstica ou familiar.
- D) Uma vez homologado o ANPP, o Ministério Público, na condição de “custos legis”, deve zelar para que a vítima seja intimada tanto dessa homologação quanto do seu eventual descumprimento.
- E) Mesmo que o autor do fato recuse a proposta de transação penal, deve ser oferecida a ele a proposta de ANPP.

32- Sobre a ação penal, assinale a alternativa correta:

- A) A justa causa é condição especial da ação penal consistente na existência de substrato probatório mínimo e suficiente de autoria e materialidade delitiva, cuja ausência enseja a rejeição da denúncia.
- B) No procedimento ordinário, oferecida a denúncia, deve o juiz, como primeira providência e independentemente de recebimento da peça acusatória, ordenar a citação do acusado para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez)



Escola Superior do Ministério Público de Sergipe

**PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
EDITAL 02/2024
ESTÁGIO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO**

dias.

C) Na resposta à acusação, deve o réu se limitar, neste primeiro momento, apenas a defesas processuais, deixando as alegações de mérito para a fase instrutória.

D) No procedimento comum ordinário, a não indicação de testemunhas pelo Ministério Público quando do oferecimento da denúncia é indiferente, já que o rol pode ser apresentado até três dias antes da audiência de instrução, desde que se dê ciência à parte contrária.

E) O ordenamento jurídico brasileiro não admite a apresentação de alegações finais orais no processo penal, visto que a oralidade dificulta ao acusado a possibilidade de contraditar pormenorizadamente os argumentos suscitados pela acusação.

33- Consideram-se infrações de menor potencial ofensivo, segundo a Lei n. 9.099/1995:

A) As contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 4 anos, cumulada ou não com multa.

B) As contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena mínima não superior a 1 ano, cumulada ou não com multa.

C) Os crimes a que a lei comine pena mínima não superior a 1 ano, cumulada ou não com multa.

D) Somente as contravenções penais.

E) As contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 2 anos, cumulada ou não com multa.

34- Sobre a Lei n. 9.296/96, assinale a alternativa correta:

A) As provas obtidas em interceptação telefônica judicialmente autorizada podem ser utilizadas para a investigação de infrações penais punidas com pena de detenção.

B) Será admitida a interceptação telefônica para a investigação de crime hediondo mesmo que não haja indícios razoáveis de autoria ou

participação nele.

C) A existência de outros meios de prova não interfere no deferimento da interceptação telefônica.

D) A captação ambiental de sinais eletromagnéticos tem cabimento quando a prova possa ser feita por outros meios disponíveis e igualmente eficazes.

E) A captação ambiental de sinais eletromagnéticos tem cabimento quando houver elementos probatórios razoáveis de autoria e participação em infrações criminais cujas penas máximas sejam superiores a dois anos ou em infrações penais conexas.

DIREITO CIVIL

35- José, filho de João, recebia alimentos do pai, divorciado de sua mãe. Quando o filho completou a maioridade civil João parou de pagar os alimentos. Sobre o tema, é correto afirmar que:

A) A maioridade civil do alimentando não extingue o dever de prestar alimentos pelo pai, em razão do poder familiar.

B) Com a maioridade extingui-se o dever de sustento decorrente do poder familiar.

C) A maioridade do alimentando extingue a obrigação alimentar nos termos do Código Civil como resultado do parentesco.

D) O cancelamento de pensão alimentícia de filho que atingiu a maioridade não está sujeito a decisão judicial.

E) Todas alternativas estão erradas.

36- A respeito dos alimentos, assinale a alternativa incorreta:

A) O ex-cônjuge pode pedir pensão



Escola Superior do Ministério Público de Sergipe

**PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
EDITAL 02/2024
ESTÁGIO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO**

alimentícia, desde que prove que não tem condições de prover seu próprio sustento.

B) O valor da pensão será estabelecido de acordo com a necessidade de quem recebe e possibilidade de quem paga.

C) No divórcio, a culpa é irrelevante para fixação de alimentos.

D) Alimentos cômputos são aqueles destinados a manutenção da condição social do credor, incluindo a alimentação propriamente dita, o vestuário, a habitação, o lazer e necessidades de ordem intelectual e moral.

E) Os alimentos provisionais contentam-se com a existência do *fumus boni juris* e *periculum in mora*, sendo devidos até o final da gestação.

37- Duas mulheres que vivem em união estável há 15 anos decidiram converter a união em casamento. A respeito, assinale o correto:

A) A preexistência de casamento ou de união estável de um dos conviventes, no geral, impede o reconhecimento de novo vínculo referente ao mesmo período.

B) Para configuração da união estável, o ordenamento jurídico brasileiro não exige dever de fidelidade e de monogamia.

C) O art. 226, § 39, da CF, determina a conversão da união estável em casamento, após o prazo de 20 anos.

D) Na união estável, salvo contrato escrito entre os companheiros, aplica-se às relações patrimoniais, no que couber, o regime da comunhão universal de bens.

E) Com a união estável do credor, não cessa o dever de prestar alimentos pelo ex-cônjuge.

38- João interpôs ação de indenização por danos morais e materiais contra BANCO S.A., em decorrência de compras e saques desconhecidos e não autorizados. Assinale a alternativa incorreta:

A) A caracterização do dano moral exige que a

comprovação do dano repercute na esfera dos direitos da personalidade.

B) Pode-se exigir que cesse a ameaça, ou a lesão, a direito da personalidade, e reclamar perdas e danos, sem prejuízo de outras sanções previstas em lei.

C) A caracterização do dano moral não dispensa a análise das particularidades de cada caso concreto, a fim de verificar se o fato extrapolou o mero aborrecimento, atingindo de forma significativa algum direito da personalidade.

D) Os direitos da personalidade são transmissíveis e renunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.

E) Em se tratando de morto, terá legitimação para requerer a medida prevista neste artigo o cônjuge sobrevivente, ou qualquer parente em linha reta, ou colateral até o quarto grau.

39- Assinale a alternativa correta sobre usucapião:

A) É possível usucapião de imóvel vinculado ao Sistema Financeiro de Habitação, ainda que em situação de abandono.

B) O termo inicial da prescrição aquisitiva é a ciência do titular do imóvel da violação ao seu direito de propriedade.

C) É possível a usucapião mesmo em uma área irregular (área na qual não houve regularização fundiária).

D) Leis municipais podem estabelecer requisitos para o direito à usucapião extraordinária.

E) O uso misto da área a ser adquirida por meio de usucapião especial urbana impede seu reconhecimento judicial.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

40- O Ministério Público do Estado de Sergipe, atuando como parte em



Escola Superior do Ministério Público de Sergipe

**PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
EDITAL 02/2024
ESTÁGIO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO**

determinada demanda ajuizada na 36ª Vara Cível da Comarca de Aracaju, irresignado com determinada decisão judicial proferida nos autos do referido processo, pretende impugnar a decisão pelos meios próprios cabíveis. Ocorre que, após a publicação do referido pronunciamento judicial o Código de Processo Civil foi alterado para prever um novo recurso para impugnar a decisão em questão. Nessa situação hipotética e à luz disposições concernentes à aplicação das normas processuais do CPC, assinale a alternativa correta:

- A) Ao Recurso a ser interposto pelo Ministério Público serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal previstos na norma anterior.
- B) No caso em apreço o manejo do recurso adequado deve observar a teoria da retroatividade irrestrita da lei mais benéfica.
- C) Para a situação narrada, o Código de Processo Civil não adotou a teoria do isolamento dos atos processuais.
- D) A norma processual não retroagirá e será aplicável imediatamente aos processos em curso, alcançando inclusive os atos processuais praticados e as situações jurídicas consolidadas sob a vigência da norma revogada.
- E) O Superior Tribunal de Justiça consolidou o entendimento de que a lei a reger o recurso cabível e a forma de sua interposição é aquela vigente na data da publicação da decisão impugnada, momento em que o sucumbente tem a ciência da exata compreensão dos fundamentos do provimento jurisdicional que pretende combater.

41- Analise os itens a seguir:

I- Ao membro do Ministério Público que praticar ato atentatório à dignidade da justiça não será aplicado pelo juiz multa correspondente, devendo eventual responsabilidade disciplinar ser apurada pelo respectivo órgão de classe ou

corregedoria, ao qual o juiz oficiará.

II- De acordo com o Código de Processo Civil, as despesas dos atos processuais praticados a requerimento do Ministério Público serão pagas ao final pelo vencido.

III- O incidente de descon sideração da personalidade jurídica será instaurado a pedido da parte ou do Ministério Público, quando lhe couber intervir no processo.

IV- Não há impedimento do juiz, sendo-lhe permitido exercer suas funções no processo, quando nele estiver postulando, antes do início da atividade judicante do juiz, como membro do Ministério Público, seu cônjuge ou companheiro, ou qualquer parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive;

Assinale a alternativa correta:

- A) Apenas os itens I e II estão corretos.
- B) Apenas o item IV está correto.
- C) Apenas os itens I e IV estão corretos.
- D) Apenas os itens II e III estão corretos.
- E) Apenas os itens I, II e III estão corretos

42- Analise os itens a seguir e assinale a alternativa INCORRETA:

A) O Ministério Público atuará na defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses e direitos sociais e individuais disponíveis.

B) O membro do Ministério Público será civil e regressivamente responsável quando agir com dolo ou fraude no exercício de suas funções.

C) Findo o prazo para manifestação do Ministério Público sem o oferecimento de parecer, o juiz requisitará os autos e dará andamento ao processo.

D) Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o Ministério Público.

E) A participação da Fazenda Pública não configura, por si só, hipótese de intervenção do Ministério Público.



Escola Superior do Ministério Público de Sergipe

**PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
EDITAL 02/2024
ESTÁGIO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO**

43- Maria ajuizou ação indenização em face da Blue linhas aéreas, com pedidos de danos materiais e morais decorrentes do mesmo fato, o cancelamento de voo. Nessa situação hipotética, tem-se o caso de uma cumulação de pedidos:

- A) simples.
- B) subsidiária.
- C) imprópria.
- D) alternativa.
- E) sucessiva.

44- De acordo com o Código de Processo Civil, nas causas que dispensem a fase instrutória, o juiz, independentemente da citação do réu, julgará liminarmente improcedente o pedido em determinadas hipóteses. Nesse caso, qual o recurso que deve ser interposto pelo autor e qual o prazo de retratação que o juiz possui, respectivamente:

- A) Agravo de instrumento/ 5 dias.
- B) Agravo de instrumento/ 15 dias.
- C) Apelação/ 5 dias.
- D) Apelação/ 10 dias.
- E) Apelação/ 15 dias.

DIREITOS DIFUSOS, COLETIVOS E INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS

45- Analise as assertivas abaixo sobre Política Nacional do Meio Ambiente:

I – A construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma,

de causar degradação ambiental dependerão de prévio licenciamento ambiental.

II – Compete ao CONAMA propor ao IBAMA normas e padrões para implantação, acompanhamento e fiscalização do licenciamento previsto no artigo anterior, além das que forem oriundas do próprio CONAMA.

ineficácia relativa do meio ou por relativa impropriedade do objeto, é impossível consumir-se o crime.

III- Sem obstar a aplicação das penalidades previstas neste artigo, é o poluidor obrigado, independentemente da existência de culpa, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade. No entanto, o Ministério Público da União e dos Estados não terá legitimidade para propor ação de responsabilidade civil e criminal, por danos causados ao meio ambiente.

IV – O proprietário ou possuidor de imóvel, pessoa natural ou jurídica, pode, por instrumento público ou particular ou por termo administrativo firmado perante órgão integrante do Sisnama, limitar o uso de toda a sua propriedade ou de parte dela para preservar, conservar ou recuperar os recursos ambientais existentes, instituindo servidão ambiental.

Considerando as assertivas acima, pode-se afirmar que:

- A) Todas estão corretas.
- B) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- C) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- D) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- E) Apenas as assertivas I e IV estão corretas.

46- Assinale a alternativa que está em conformidade com o ECA (Lei nº 8.069/90):

- A) As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que qualquer direito for ameaçados ou violados.



Escola Superior do Ministério Público de Sergipe

PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
EDITAL 02/2024
ESTÁGIO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

B) Na aplicação das medidas levar-se-ão em conta as necessidades pedagógicas, nem sempre se preferindo aquelas que visem ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

C) São medidas de proteção aplicadas à criança e ao adolescente a matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental e acolhimento institucional

D) O acolhimento institucional e o acolhimento familiar são medidas provisórias ou permanentes, utilizáveis como forma de reintegração familiar ou, não sendo esta possível, para colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade.

E) Crianças e adolescentes somente poderão ser encaminhados às instituições que executam programas de acolhimento institucional, governamentais ou não, por meio de uma Guia de Acolhimento, expedida pela autoridade judiciária ou pelo Membro do Ministério Público.

47- Sobre o ato infracional é correto afirmar:

A) A oitiva do representado deve ser o primeiro ato da instrução no procedimento de apuração de ato infracional.

B) Além das balizas fixadas na Súmula Vinculante 11, a necessidade de utilização de algemas pelo adolescente deve ser avaliada pelo Ministério Público e submetida ao Conselho Tutelar, que se manifestará a respeito das providências relatadas

C) Tendo a medida socioeducativa atingido a sua finalidade, é viável manter a execução apenas pela menção da insuficiência do tempo de acautelamento do adolescente.

D) Em processo de apuração de ato infracional, é admissível ação rescisória proposta pelo Ministério Público visando a desconstituição de coisa julgada absolutória

E) Na execução de medida socioeducativa, o período de tratamento médico não deve ser contabilizado no prazo de 3 anos para a

duração máxima da medida de internação, nos termos do art. 121, § 3º, do ECA.

48- Segundo a jurisprudência sobre a prática comercial é correto afirmar, exceto:

A) É possível a cobrança diferenciada de mensalidade entre calouros e veteranos, desde que demonstrado o aumento do custo pela alteração no método de ensino

B) Com o ajuizamento, pelo consumidor, de ação perante o Poder Judiciário, presume-se a discordância dele em submeter-se ao juízo arbitral, sendo nula a cláusula de contrato de consumo que determina a utilização compulsória da arbitragem

C) A inserção de cartões informativos no interior das embalagens de cigarros constitui prática de publicidade abusiva apta a caracterizar dano moral coletivo

D) É abusiva a publicidade de alimentos direcionada, de forma explícita ou implícita, a crianças

E) É abusiva a prática da companhia aérea que cancela automaticamente o voo de volta em razão de “no show” na ida

49- Segundo a jurisprudência do STJ sobre a Ação Civil Pública:

I – O MP possui legitimidade para propor ACP que trate de contrato de honorários advocatícios abusivos quando houver litigantes hipossuficientes e repercussão social que transcenda a esfera dos interesses particulares, como nos de beneficiários da Previdência Social

II – As pessoas jurídicas de direito privado têm legitimidade para formular pedido de suspensão de segurança quando prestadoras de serviço público ou no exercício de função delegada pelo Poder Público, desde que na defesa do interesse público primário

III- As pessoas jurídicas de direito privado



Escola Superior do Ministério Público de Sergipe

**PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
EDITAL 02/2024
ESTÁGIO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO**

prestadoras de serviço público ou no exercício de função delegada pelo Poder Público possuem legitimidade para pedir a suspensão de liminar, desde que o façam na defesa do interesse público primário
IV- Em ação civil pública é possível a substituição da associação autora pelo Ministério Público caso a primeira venha a ser dissolvida.

- A) Todas estão corretas.
- B) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- C) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- D) Apenas as assertivas II e IV estão corretas.
- E) Apenas as assertivas II e III estão corretas.

50- Segundo a jurisprudência do STJ sobre a Improbidade Administrativa:

I – É possível a aplicação da Lei nº 14.230/2021, com relação à exigência do dolo específico para a configuração do ato ímprobo, aos processos em curso

II – Não é possível o uso da colaboração premiada em ação de improbidade administrativa ajuizada pelo Ministério Público

III- Os agentes políticos municipais se submetem aos ditames da Lei de Improbidade Administrativa, sem prejuízo da responsabilização política e criminal estabelecida no DL 201/1967

IV- Pessoa jurídica interessada perde legitimidade para propor ação de improbidade e para celebrar acordo; não existe obrigatoriedade de assessoria jurídica fazer a defesa do agente público acusado de improbidade

- A) Todas estão corretas.
 - B) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
 - C) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
 - D) Apenas as assertivas II e IV estão corretas.
 - E) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
-

Escola Superior do Ministério Público de Sergipe

Site: www.esmp.mpse.mp.br

Avenida Conselheiro Carlos Alberto Sampaio, 505- Centro Administrativo Gov. Augusto Franco- Bairro Capucho- Aracaju//SE- CEP 49081-000
